

# Réplica

## Eleito, Tarso reforça relações com o MP



A exemplo do que havia feito por duas vezes durante o período da campanha eleitoral, dias depois do pleito, o governador eleito Tarso Genro voltou a visitar a Associação do Ministério Público. No dia 25 de outubro, ele esteve na sede da entidade para convidar a AMP a integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. No encontro, Tarso reafirmou a intenção de estabelecer em seu governo uma relação de diálogo e colaboração com os diversos setores da sociedade. Lideranças do Ministério Público presentes no encontro avaliaram positivamente o gesto do futuro governador.

### LEIA TAMBÉM:

**Cobertura completa  
do Congresso  
Estadual do MP**

**Os rumos do Tribunal do Júri  
em debate na Serra**

**Páginas 6 a 8**

## Chapa única para Diretoria da AMP/RS

As eleições na AMP/RS serão diferentes este ano. Sem opositores, a chapa para a Diretoria Executiva da entidade, encabeçada pelo atual presidente, Marcelo Dornelles, foi a única a registrar candidatura. A disputa ocorrerá apenas para a composição do Conselho de Representantes, com duas chapas inscritas.

Pela primeira vez a votação será digital, através da internet, permanecendo a opção em papel para aqueles que não acessam a rede de computadores ou que preferirem esta modalidade de voto. Na internet, a votação se inicia no dia 15 de novembro e pode ser feita de qualquer computador conectado à rede. No dia 19, um micro ficará à disposição dos associados, das 9h às 17h, na sede da AMP/RS, para aqueles que desejarem votar no local. Após, será feita a apuração e proclamação dos resultados.

# Democracia e participação classista

A sedimentação do espírito democrático do Ministério Público gaúcho entra em uma nova etapa no dia 19 de novembro, com a realização de mais um processo eleitoral na AMP/RS. Nessa data, em candidatura única, renovamos nosso mandato à frente da Diretoria Executiva cancelados pela confiança dos colegas. Esse crédito dos membros do MP nos orgulha e aumenta a responsabilidade para seguir na mesma linha de condução da entidade de classe.

Na mesma data, teremos eleição para o Conselho de Representantes, na qual duas chapas estão habilitadas. Estaremos à espera de todos no dia da votação, que ocorrerá paralelamente à reunião para prestação de contas desta gestão. E também contamos com a contribuição daqueles que preferirem se manifestar pela Internet ou pelo correio. A estrutura e os canais para o recebimento dos votos foram providenciadas para facilitar a participação de todos.

Cabe aqui também uma palavra sobre o X Congresso Estadual do Minis-

tério Público e o Encontro Nacional dos Promotores do Júri, que contou com a participação maciça de colegas gaúchos e de todo o Brasil, no mês de agosto em Gramado. O evento se consolidou em muito mais do que um evento de caráter técnico e de palco para o debate de idéias acerca do futuro da Instituição. Foi o momento para reagrupar nossas forças e unir esforços para firmar posições importantes no que diz respeito à defesa dos interesses de todos os associados e sobre os rumos da carreira.

Durante os três dias em que permanecemos reunidos na Serra, crescemos como um corpo único que, repetidamente, enfrenta e supera novos e antigos ataques. Retornamos às nossas bases muito mais fortes do que chegamos. Revigorados nas palavras de apoio de cada um dos colegas, rejuvenescemos em nosso ânimo para resistir e lutar para resguardar princípios e direitos cujas conquistas nos custaram caro.

Muitos temas foram abordados, e não foram poucas as semelhanças que

encontramos entre os obstáculos que enfrentamos no Rio Grande do Sul e em outras unidades da Federação. Entretanto, o prestígio do Ministério Público gaúcho se mostrou elevado. Prova disso foi a participação, pela primeira vez, do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Em manifestações convergentes, caminhamos todos no mesmo sentido: alertas para com as iniciativas que nos desafiam, coesos em nossas convicções e abertos ao debate, acreditando na força da democracia como ferramenta de crescimento interno. Nesses momentos prazerosos na companhia qualificada dos colegas, construímos um sentimento de unidade que, certamente, nos levará a um futuro no qual nosso trabalho continuará sendo reconhecido, respeitado e valorizado.

Parabéns a todos. Tivemos um encontro de altíssimo nível, e dele certamente extraímos conteúdos importantes para a construção de uma instituição ainda mais sólida.

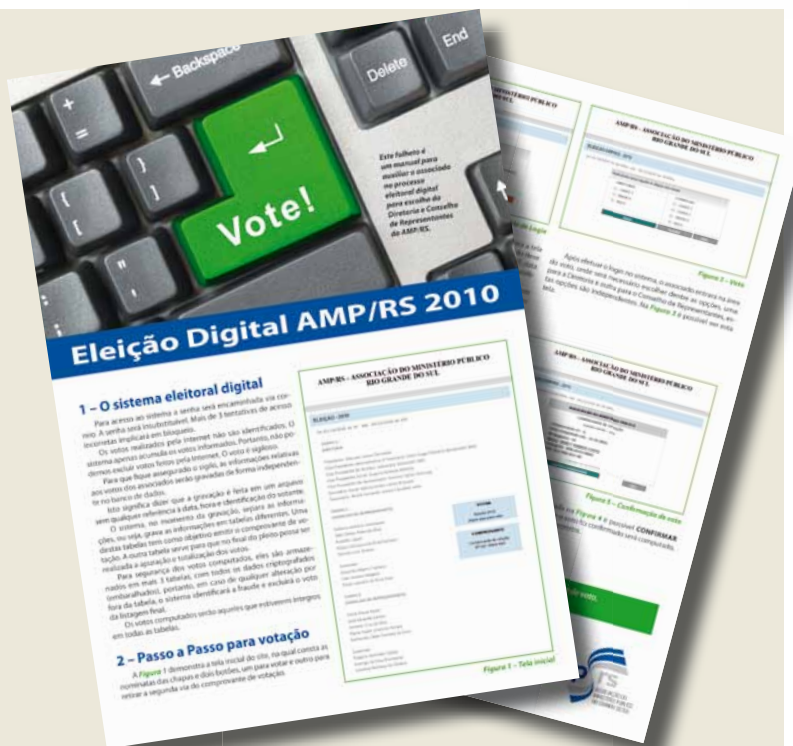
## O voto será digital

Pela primeira vez a eleição na AMP/RS será digital, através da internet. Segundo o presidente da entidade, Marcelo Dornelles, o sistema escolhido é altamente seguro e foi aprovado depois de submetido à Diretoria da Associação e ao Conselho de Representantes. “Após alteração estatutária, o sistema foi aprovado em reunião de Diretoria e do Conselho de Representantes, com a participação de representantes das duas chapas que disputam a eleição para o Conselho, ficando demonstrados a sua segurança, sigilo e economicidade”

Segundo o presidente, a maioria dos associados já utiliza a internet, por isso a migração para o sistema digital deverá ocorrer sem problemas. Aqueles que não possuem e-mail cadastrado na AMP/RS ainda receberão o voto via postal, além dos promotores e procuradores de Justiça que, apesar de terem acesso aos e-mails, se manifestarem expressamente neste sentido.

Todos os associados receberam pelo correio um manual de votação que também está à disposição no site da entidade ([www.amprs.org.br](http://www.amprs.org.br)).

A votação pela internet inicia no dia 15 de novembro e pode ser feita de qualquer computador conectado à rede. No dia 19 um micro ficará à disposição dos associados, das 9h às 17h, na sede da AMP/RS, para aqueles que desejarem



votar no local. Após, será feita a apuração e proclamação dos resultados.

“Aproveitamos este espaço para conclamar os associados a votarem nas próximas eleições para legitimar a nova Diretoria que vai assumir os destinos da AMP/RS, assim como para optar entre as duas chapas inscritas e eleger o novo Conselho de Representantes”, conclui o presidente.



EXPEDIENTE

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (AMP/RS)

**Presidente:** Presidente: Marcelo Lemos Dornelles • **Vice-presidentes:** Mauro Luís Silva de Souza, Mauricio Trevisan, Julia Ilenir Martins e Antonio Carlos Paiva Hornung • **Conselho Editorial:** Leticia Viterbo Ilges e Nathália Swoboda Calvo • **Coordenação:** Cristina Bartholomay Oliveira – MTb 7829 ([comunicacao@amprs.org.br](mailto:comunicacao@amprs.org.br)) • **Edição:** Cristina Oliveira e Claudio Medaglia Júnior • **Textos:** Claudio Medaglia Júnior e Cristina Bartholomay Oliveira • **Produção e Execução:** Publicato Design Editorial ([www.publicato.com.br](http://www.publicato.com.br)) • **Diretora de Criação:** Andréa Costa – **Diretor Editorial:** Vitor Mesquita • **Projeto Gráfico e Diagramação:** Rose Tesche • **Tiragem:** 1.500 exemplares • **Distribuição dirigida para os integrantes da AMP/RS –** Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 CEP 90050-191, Porto Alegre/RS, (51) 3254-5300 – [www.amprs.org.br](http://www.amprs.org.br)

# Governador eleito visita a AMPRS



Poucas dias depois de ser eleito, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, foi recebido pelo presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, e lideranças da Instituição na sede da entidade. Ele visitou a Associação, no dia 25 de outubro, com objetivo principal de convidar a AMP para a integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Durante o encontro,

Tarso Genro reafirmou sua intenção de estabelecer, em seu governo, uma relação de diálogo e colaboração com os diversos setores da sociedade. “É fundamental a presença do Ministério Público, através da Associação, neste Conselho, por sua representação como entidade de classe e pelo conhecimento que os promotores e procuradores de Justiça carregam a partir de suas

experiências pessoais e da função pública que exercem”, disse ele.

O presidente da AMP/RS destacou a importância da iniciativa do governador eleito de criar esta rede de colaboração, incluindo diferentes áreas do conhecimento e o parabenizou por sua postura voltada ao diálogo e à parceria.

## ANTES DE ELEITO

Ainda durante a campanha, Tarso Genro esteve na sede da Associação por duas vezes. Na primeira visita a reunião teve o intuito abrir canais de diálogo e dar início à apresentação das suas idéias, além de buscar sugestões dos promotores e procuradores de Justiça para seu projeto de governo. Alguns meses depois, o candidato retornou à sede administrativa da entidade para receber uma série de sugestões apresentadas por membros do MP gaúcho sobre temas que poderiam receber atenção especial do Palácio Piratini. Durante este segundo encontro, o presidente Marcelo Dornelles elencou uma série de propostas formuladas a partir dos colegas da classe.

## Projeto que permite a promotores concorrer para procurador-geral já está no Legislativo

Já está nas mãos do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Giovani Cherini, o projeto que altera as disposições das leis 6.536/73 e 7.669/82, com objetivo de permitir aos promotores concorrerem ao cargo máximo da Instituição. Ele recebeu o texto em reunião realizada no dia 11 de novembro, em seu gabinete, das mãos da procuradora-geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, acompanhada pelo presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, por membros da diretoria da Associação, da Administração Superior do MP e da Comissão de Atualização Legislativa do Ministério Público.

Cherini comprometeu-se em trabalhar para que o projeto seja aprovado ainda este ano. “Não tenho dúvida da importância deste projeto para o Ministério Público, por isso queremos que ele tramite o mais rápido possível”, disse ele, afirmando que buscará um acordo de líderes para que a matéria não precise tramitar nas comissões.

Segundo o presidente Marcelo Dornelles, este movimento da procurador-geral responde a uma antiga de-

manda dos membros da Instituição, já manifestada, por diversas vezes, em congressos e encontros do Ministério Público. “Atendendo a um indicativo da classe, a Associação há muito pleiteava que este projeto fosse encaminhado à

Assembléia. Hoje estamos bastante confiantes da sua aprovação pelos deputados”. Atualmente, em 19 Estados, além do Distrito Federal, já é permitido aos promotores de Justiça concorrer na eleição para a Procuradoria-Geral de Justiça.



# Eleição para Diretoria da Associação terá chapa única

Sem oposição, a CHAPA 1, encabeçada pelo atual presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, concorre sozinha às eleições para a Diretoria da Associação. Completam a nominata como candidatos a vice-presidentes os promotores Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto (Administrativo e Financeiro), Alexandre Sikinowski Saltz (Núcleos), Guacira Almeida Martins (Social) e Antônio Carlos Hornung (Aposentados). O promotor Márcio Bresnani concorre como candidato a secretário-geral e André Fernando Carvalho Leite, a tesoureiro.

Conforme Dornelles, o fato de não haver candidatura de oposição sinaliza o acolhimento dos colegas de classe às iniciativas e medidas adotadas no biênio 2008-2010. “É com satisfação que verifico o respaldo da classe à nossa postura de lutar pelos interesses comuns, pela defesa de nossas prerrogativas e pela preservação da unidade da instituição”, observou o presidente. Diante da aprovação dos colegas, o dirigente promete manter a mesma linha de atuação no próximo mandato.

“Mesmo havendo apenas uma chapa é importante que os colegas votem para legitimar a nova Diretoria que vai assumir os destinos da AMP/RS e optar entre as duas nominatas que disputam o Conselho de Representantes”, avalia o presidente.

A votação para a Diretoria-Executiva ocorre no dia 19 de novembro junto com a eleição para o Conselho de Representantes. O pleito será realizado na sede administrativa da AMP/RS, em Porto Alegre, das 9h às 17h. A votação este ano será digital. O sistema estará disponível para votação na internet ([www.amprs.org.br](http://www.amprs.org.br)) a partir do dia 15 de novembro.



## Duas chapas disputam o Conselho de Representantes

Duas chapas irão disputar o acesso ao Conselho de Representantes da Associação do Ministério Público na próxima gestão. Confira a nominata completa dos dois grupos.

### CHAPA 1

Gilberto Antônio Montanari  
Odir Odilon Pinto da Silva  
Rodolfo Lippel  
Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco  
Vercilei Lino Serena  
**SUPLENTES**  
Eduardo Alberto Tedesco  
Ivan Saraiva Melgaré  
Paulo Leandro da Rosa Silva

### CHAPA 2

Sônia Eliana Radin  
José Eduardo Corsini  
Adriana Cruz da Silva  
Elaine Fayet Lorenzon Schaly  
Raimundo César Ferreira da Silva  
**SUPLENTES**  
Rogério Meirelles Caldas  
Rodrigo da Silva Brandalise  
Caroline Mottecy de Oliveira

## Mauro Souza assume a presidência da FMP

O promotor de Justiça Mauro Luis Silva de Souza assumiu no dia 4 de novembro a presidência do Conselho Administrativo da Fundação Escola do Ministério Público. Souza substituiu o procurador de Justiça Luiz Fernando Calil de Freitas e irá comandar a FMP durante três anos. Os promotores David Medina da Silva, Fábio Roque Sbardeloto e César Luiz Araújo Faccioli também integram o novo Conselho de Administração da escola.

Em seu discurso, Souza falou sobre o crescimento da Escola e do paradigma estabelecido em sua fundação, em 1983: suprir as deficiências do ensino regular, contribuindo para formação de um promotor de Justiça. Comprometeu-se com a dedicação e o empenho que o cargo exige. “Espero ter a serenidade e a competência para conjugar o arrojo e a austeridade que a tarefa exige, dada a complexidade dos fatores que compõem a missão da escola: formar agentes político-jurídicos de transformação social. Para isso, buscaremos a consolidação de novos caminhos envidados pela FMP, sem, contudo, descuidar de suas origens”, disse.

O presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, que conviveu intensamente nos últimos dois anos com Souza, até então vice-presidente da entidade de classe, cumprimentou o colega e destacou as qualidades do promotor. “A escolha do colega Mauro foi unânime entre os integrantes do Conselho Deliberativo da Escola. Isto porque ele tem o perfil adequado, neste momento, para a função, além de ter aceitado o desafio”. Dornelles ressaltou que o novo presidente é um promotor de Justiça. “O fato de o Mauro ser um promotor de Justiça e não um procurador, como foram os que o antecederam, precisa ser destacado. Ele não foi escolhido por ser promotor, mas por ser um promotor com capacidade e experiência para este cargo”.



# “Atacar o Ministério Público é atacar a democracia”

Marcelo Dornelles criticou as iniciativas externas para reduzir as garantias constitucionais do Ministério Público



A cerimônia foi prestigiada por autoridades e lideranças da Instituição

Gramado acolheu em agosto dois grandes eventos organizados pela AMP/RS: o X Congresso Estadual do Ministério Público e o Encontro Nacional dos Promotores do Júri. As atividades concentraram manifestações fortes e debates sobre os rumos da Instituição.

Na abertura dos trabalhos, o presidente Marcelo Dornelles destacou o perfil constitucional do Ministério Público, que o coloca ao lado dos Poderes de Estado, sem qualquer hierarquia ou subordinação. “Esta garantia constitucional, por vezes mal interpretada, é da mais caras conquistas da cidadania, por isso a Associação permanecerá sendo vigilante contra quaisquer ataques ou tentativas de relativização desta independência”.

Dornelles lembrou ainda o recém-encerrado Congresso Internacional Crack e outras Drogas, realizado em parceria com a UFRGS, que apontou a necessidade de mudanças na forma de atuação dos membros do MP, deixando em segundo plano os ritos burocráticos para dar ouvidos à voz das ruas. “Precisamos sair dos gabinetes, agir preventivamente e despertar na comunidade um sentimento de confiança e de parceria. A sociedade quer ser parceira na solução de problemas

●● Somos Ministério Público, parte de uma engrenagem que deve dialogar, que precisa se mostrar mais eficazmente para o público externo e deve funcionar, acima de tudo, como forma de redução de conflitos. ●●

Cesár Bechara Mattar

●● A sociedade não quer ser tutelada, quer ser parceira na solução de problemas complexos que necessitam de uma atuação multidisciplinar. E isso dificilmente vai ocorrer na via tradicional e limitadora da atuação meramente processual. ●●

Marcelo Dornelles

que necessitam uma atuação multidisciplinar. Mas isso dificilmente vai ocorrer na via tradicional e limitadora da atuação processual”, observou.

Em sua fala, o dirigente voltou a lamentar que, a despeito de tantos avanços, a democratização dos cargos ainda é uma barreira a ser vencida na Instituição. “Não é mais aceitável que ainda em sete Estados (Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Tocantins, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Roraima) os promotores de Justiça não possam ser votados e exercer cargos da Administração Superior, ignorando-se o texto constitucional Federal e Estadual”, criticou.

## CONAMP

Outra manifestação forte do primeiro dia da programação, que contou com a participação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foi a do presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, César Bechara Nader Mattar Júnior. Ele lembrou os desafios enfrentados pelo Ministério Público brasileiro para reafirmar e preservar suas conquistas e alertou para um inimigo interno. “Somos parte de uma engrenagem que deve dialogar, que precisa se mostrar mais eficazmente para o público externo e que deve funcionar, acima de tudo, como fator de redução dos conflitos”. Para o dirigente, a luta pela manutenção das prerrogativas constitucionais do Ministério Público passa pela imposição de que a sociedade reconheça que o “mandato” da Instituição é necessário e que seus membros estão cumprindo plenamente as funções a eles atribuídas.

A cerimônia foi prestigiada por autoridades e lideranças da instituição. Também compuseram a mesa a procuradora-geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, o conselheiro do Conselho Nacional do MP, Cláudio Barros Silva, o deputado federal Carlos Eduardo Vieira da Cunha, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, Voltaire de Lima Moraes, o corregedor-nacional do CNMP, Sandro Neis, o subcorregedor-geral do MP, Ruben Abruzzi, o representante da Fundação Escola Superior do MP, Júlio Cesar Finger, o presidente do Tribunal de Justiça Militar, juiz Geraldo Anastácio Brandeburski e o subprocurador do município de Gramado, Rodrigo Giacomini.

# Aspectos da atuação em plenário

Promotores de diferentes Estados relatam experiências e apontam dificuldades no desempenho da atividade nos júris em que trabalharam



Promotores falaram sobre casos importantes que marcaram suas carreiras

As dificuldades e as estratégias para uma boa atuação em plenário foram tema das palestras de Antonio Sergio Cordeiro Piedade (MT), Edson Augusto Cardoso de Souza (PA) e Eugênio Paes Amorim (RS) no segundo dia do Encontro Nacional dos Promotores do Júri. Antes deles, a mediadora Camila Santos da Cunha, da comarca de Dom Pedrito, deu um depoimento sobre a riqueza dos momentos vividos durante o evento, tanto nas palestras, como nas conversas de corredor. “Sou de uma comarca pequena onde, muitas vezes, nos sentimos sozinhos. Por isso é tão enriquecedor poder trocar experiências e ouvir outros promotores do Júri. Tenho certeza que saímos daqui com as baterias recarregadas”.

Já durante as atividades, o promotor do caso da Irmã Dorothy, Edson Augusto de Souza, emocionou a todos ao dividir as dificuldades que enfrenta por atuar neste processo, que já tramita há cinco anos no Pará. “A imagem da irmã é muito ruim em Belém, ao contrário do resto do país. Lá a maioria da população queria a absolvição dos culpados”. Segundo ele, em sua defesa

foi preciso primeiro limpar a imagem de Dorothy, para, então, iniciar a acusação dos réus.

**Respeitem sua própria característica. Não é só bom de júri o promotor que se destaca como orador, mas também aquele que sabe conversar com os jurados.**

Eugênio Amorim

Bastante conhecido por sua paixão pelo Tribunal do Júri, o promotor Amorim dividiu um pouco de sua experiência com os presentes. Logo ao iniciar sua fala ele destacou: “Respeitem sua própria característica. Não é só bom de júri o promotor que se destaca como orador, mas também aquele que

sabe conversar com os jurados, expor com clareza a sua tese”. Ele falou sobre a importância da integração com a comunidade “Quando vou substituir em alguma comarca, sempre procuro saber um pouco da história do lugar, pois o promotor não pode ir para o júri sem saber um pouco da cultura local”.

O promotor Antonio Piedade fechou o Encontro. Presidente da Confraria do Júri de Mato Grosso, ele defendeu a necessidade de investimento em segurança pública. “Há muitos institutos a favor do réu, mas é necessário ser a favor da sociedade, de resgatar a segurança pública tão violada em nossos dias. Só vamos resgatar esse quadro com nossa produção científica e quando formos formadores efetivos de opinião, publicando artigos em defesa intransigente da sociedade”, disse. A confraria foi criada em julho de 2006 por promotores e procuradores de Mato Grosso que defendem a importância deste mecanismo de julgamento. Tem como objetivo demonstrar à sociedade os princípios e valores do Tribunal do Júri, por intermédio de promoções de debates e palestras.

# Painel debateu o novo rito do júri

Promotores de todo o país participaram do debate que pontuou alterações incluídas em projeto de lei que representam risco à eficiência do MP

Fortes críticas e questionamentos quanto à pertinência das mudanças propostas no projeto que reformula os procedimentos do júri foram a tônica do painel *Aspectos do Novo Rito*, no segundo dia do Encontro Nacional dos Promotores do Júri. Sob a coordenação do promotor José Nil-

ton Costa de Souza, os palestrantes alertaram: as medidas sugeridas sob o pretexto de assegurar as garantias de um julgamento justo ao réu seriam, na verdade, ferramentas para reduzir a superlotação dos presídios e manter aberta a janela da impunidade.

## JÚRI INDUZIDO



**Márcio alerta para mudanças que podem representar crime contra a Constituição**

O promotor de Justiça Márcio Schlee Gomes foi veemente em sua manifestação, ao apontar o que considera uma das principais falhas na proposta. “No passado, se discutia o fim do júri por absolver demais. E agora, com a criminalidade aumentada enormemente, querem alterar por condenar demais. Muitas alterações estão sendo sustentadas com o objetivo velado de beneficiar o réu, como os quesitos a serem respondidos pelos jurados, re-

construídos para induzir à absolvição”. Márcio também adverte para a pretensão de abertura da comunicação entre os membros do júri como um atentado contra a Constituição Federal. “O sigilo das votações é princípio constitucional do júri brasileiro” ressaltou.

## CLIMA QUENTE NO RIO



**Aprimorar a investigação policial é fundamental para reduzir a impunidade, diz Monteiro**

A realidade enfrentada pelos promotores do Júri no Rio de Janeiro foi apresentada pelo colega fluminense Marcelo Rocha Monteiro como referência para a discussão do projeto de reforma. Na capital daquele Estado, observou, diversos tribunais do júri foram extintos nos últimos anos. Hoje só há os quatro do foro central. Na Ilha do Governador, bairro tomado pela criminalidade, o foro criminal foi extinto por falta de condições de segurança, relatou. “Imaginem que mensagem está sendo passada à população. Há uma sensação de desalento. Em algumas áreas do Rio, o índice de apuração de autoria dos crimes contra a vida é de apenas 1%. Se matar, o criminoso tem 99% de chance de ficar impune”, destacou. Para ele, é preciso investir no aprimoramento da investigação policial, que tem 1% de êxito em algumas áreas daquele Estado.

que mensagem está sendo passada à população. Há uma sensação de desalento. Em algumas áreas do Rio, o índice de apuração de autoria dos crimes contra a vida é de apenas 1%. Se matar, o criminoso tem 99% de chance de ficar impune”, destacou. Para ele, é preciso investir no aprimoramento da investigação policial, que tem 1% de êxito em algumas áreas daquele Estado.

## LIBERDADE X JUSTIÇA



**Bonfim defende a proteção da dignidade do júri**

O discurso tradicionalmente inflamado do procurador de Justiça de São Paulo Edilson Mougenot Bonfim encerrou o painel, antes da abertura dos debates. Seguindo a mesma linha de seus antecessores, ele fez duras críticas ao que classificou como uma tentativa de tirar a dignidade do júri. “Quais os fundamentos que levam a essa reforma no Processo Penal? Em 1992, quando se formou a primeira comissão pra discutir o assunto, os motivos eram a celeridade processual e o fim da impunidade. Pois agora, 18 anos depois, a preocupação é em desprisonalizar, em devolver a liberdade, mas o texto não menciona em momento algum o ideal de fazer justiça”.

Depois de fazer um resgate histórico da construção do júri e do Direito Penal brasileiro, Bonfim criticou a tentativa de alteração no conteúdo dos quesitos ao corpo de jurados. “Em vez de perguntar se o réu é culpado do fato, como na França, se é culpado ou inocente, como na Inglaterra, o processo penal brasileiro simplesmente quer perguntar se o jurado absolve o réu”.

O discurso tradicionalmente inflamado do procurador de Justiça de São Paulo Edilson Mougenot Bonfim encerrou o painel, antes da abertura dos debates. Seguindo a mesma linha de seus antecessores, ele fez duras críticas ao que classificou como uma tentativa de tirar a dignidade do júri. “Quais os fundamentos que levam a essa reforma no Processo Penal? Em 1992, quando se formou a primeira comissão pra discutir o assunto, os motivos eram a celeridade processual e o fim da impunidade. Pois agora, 18 anos depois, a preocupação é em desprisonalizar, em devolver a liberdade, mas o texto não menciona em momento algum o ideal de fazer justiça”.

## RISCO DA IMPUNIDADE



**Presos são devolvidos ao convívio social antes de serem recuperados, critica Gonzalez**

Ovacionado pela plateia, o promotor de Justiça aposentado e professor de processo penal José Fernando Gonzalez não crê que as mudanças serão eficazes se não atacarem objetivamente as fases de investigação e de execução da pena. Segundo ele, o Estado, com as cadeias superlotadas, progride o regime de presos que não estão recuperados, devolvendo-os à sociedade de forma irresponsável. Ele argumentou que a estrutura da repressão sofreu um desgaste que não será resolvido com o processo penal. “Criminoso do colarinho branco tem mais medo da ação de improbidade administrativa do que do processo penal. Isso é um absurdo em qualquer sociedade organizada. Temos de resgatar a dignidade do direito penal, que faça com que o réu tema a consequência do seu crime, ou não haverá processo que dê conta”, concluiu.

Ovacionado pela plateia, o promotor de Justiça aposentado e professor de processo penal José Fernando Gonzalez não crê que as mudanças serão eficazes se não atacarem objetivamente as fases de investigação e de execução da pena. Segundo ele, o Estado, com as cadeias superlotadas, progride o regime de presos que não estão recuperados, devolvendo-os à sociedade de forma irresponsável. Ele argumentou que a estrutura da repressão sofreu um desgaste que não será resolvido com o processo penal. “Criminoso do colarinho branco tem mais medo da ação de improbidade administrativa do que do processo penal. Isso é um absurdo em qualquer sociedade organizada. Temos de resgatar a dignidade do direito penal, que faça com que o réu tema a consequência do seu crime, ou não haverá processo que dê conta”, concluiu.

# Reformas do Código de Processo Penal ameaçam atribuições do MP



“Desde nosso último evento muita coisa aconteceu, assistimos o sistema repressivo retirar instrumentos da atuação do Ministério Público e hoje estamos fazendo a defesa da sociedade utilizando aquelas algemas retiradas dos réus pelo Supremo Tribunal Federal ou usando uma mordaca que nos é imposta pela legislação”. A afirmação é do coordenador do Encontro Nacional dos Promotores do Júri, promotor David Medina da Silva, dita durante a abertura do evento que ocorreu em Gramado.

Um dos palestrantes, o promotor Francisco Cembranelli se desculpou pelo tom pessimista ao afirmar que vislumbra um futuro sombrio para o Ministério Público, caso forem aprovadas as novas propostas de reforma do CPP. “Se isso acontecer, prevejo grandes problemas

para nós, promotores, e ousar dizer que só os mais fortes sobreviverão na Instituição”. Ele revelou que 95% dos crimes cometidos no Estado de São Paulo não resultam em punição. “Se não houver uma presença eficiente do Ministério Público, haverá uma alteração profunda no Tribunal Popular e lidaremos com um universo bastante reduzido de condenações”. Cembranelli criticou duramente a proposta que impede as partes de fazerem qualquer menção ao que foi feito na fase do inquérito policial. “Pela nova proposta nós não poderemos mais nos valer daquela primeira versão, ficaremos apenas com os depoimentos dados em juízo por amedrontadas testemunhas que estão à mercê da criminalidade”.

A promotora Lúcia Helena Callegari, ferrenha defensora do poder de investigação do Ministério Público, falou sobre as dificuldades do Caso Eliseu Santos, secretário municipal da Saúde de Porto Alegre, assassinado no início deste ano na capital. “Era muito cômodo pra mim remeter esse processo para uma vara criminal comum, dizendo se tratar de um latrocínio, mas a vítima tinha uma ocorrência registrada meio ano antes de morrer, afirmando que estava sendo ameaçada de morte por uma empresa acusada de corrupção. O Ministério Público não poderia ignorar

isso”. Segundo ela, é função dos promotores de Justiça não se conformar com as coisas. “Não podemos ficar sentados em nossos gabinetes esperando que a Polícia faça alguma coisa. Quando não convencidos temos que usar as prerrogativas que a lei nos permite”.

## E A PROVA?

A prova foi uma das estrelas do evento. Sua importância nos crimes de competência do júri foi destacada pelos painelistas. Em sua explanação, o promotor Sérgio Luiz Rodrigues, que atua em São Leopoldo, perguntou: “Pra que serve a prova se não para reconstruir o fato?” Segundo ele, trata-se de um instrumento imprescindível para formar a convicção do jurado. “A cada dia me convenço mais da importância para o veredicto do Júri da chamada prova policial”.

**De cada 10 homicídios, em Porto Alegre, apenas três geram processos. A maioria termina arquivada, sem que se consiga determinar autoria. Em São Paulo 95% dos crimes não resultam em punição.**

## Promotores do Júri aprovam Carta de Gramado

Assim que os parlamentares eleitos assumirem seus mandatos na Capital Federal, promotores que atuam no Tribunal do Júri de todo o país pretendem encaminhar um alerta aos novos deputados e senadores. Sua preocupação é com a possibilidade de aprovação, no Congresso Nacional, do novo projeto de lei que reforma o processo penal brasileiro. O perigo, afirmam, é de que as alterações promovam o aumento da impunidade.

Reunidos na serra gaúcha durante o Encontro Nacional dos Promotores do Júri, promovido pela AMP/RS, de 11 a 13 de agosto de 2010, eles redigiram a Carta de Gramado, por meio da qual manifestaram sua contrariedade com o projeto. Na avaliação dos promotores, caso aprovada, a reforma tornará ainda mais difícil a condenação do réu. A proposta da abertura da comunicação entre os membros do júri é um exem-



plo apontado como um atentado contra a Constituição Federal, uma vez que compromete o princípio do sigilo das votações e a segurança do corpo de jurados. A proibição do uso da prova do inquérito policial durante os debates em plenário, outro item proposto na reforma, também poderá dificultar o tra-

balho do Ministério Público.

O receio é que, com tantas restrições, alegadamente para assegurar na integralidade o direito de defesa do réu, a criminalidade cresça na proporção da certeza da impunidade. No site da AMP/RS você pode conferir a íntegra da Carta de Gramado.

# Lideranças nacionais fazem um raio-x do MP em todo o Brasil

Cláudio Barros, José Carlos Cosenzo e Sandro Neis advertiram para uma série de problemas que vêm sendo enfrentados pela Instituição



**A análise de temas que preocupam os membros do MP se aprofundou durante o encontro. No último dia do evento, foi sintetizada pelo conselheiro do CNMP Claudio Barros Silva, pelo ex-presidente da Conamp José Carlos Cosenzo e pelo corregedor nacional do Ministério Público, Sandro Neis.**



A necessidade de democratização interna e a reformulação na carreira foram defendidas arduamente por Barros. Segundo ele, está na hora de quebrar a barreira que impede promotores de disputar o cargo de procurador-geral de Justiça. “Temos colegas com 10, 15, 20 anos, no primeiro grau, que têm todas as condições de ser procurador-geral. O que se cobrava ontem não era essa eleição, porque não era necessária na Instituição, ainda. Mas hoje é, e vamos encontrar espaço pra que isso possa andar”, afirmou.

O conselheiro também criticou a atual estrutura funcional e o mau aproveitamento do potencial de muitos membros da Instituição. “Não posso entender uma instituição como a nossa, em que o colega com uma idade de amadurecimento que afirma a sua responsabilidade, no final de sua carreira, no mais alto grau, sendo promovido a ganhar o mais alto salário, pronto por todos os embates que teve durante sua vida como promotor, promovido ao último grau e trabalha com 20% do que trabalhava até então. Era 100% promotor e quando é promovido faz 20% do que fazia. Temos que terminar com isso”. Barros propõe a racionalização da função. “Se é desnecessário que eu atue em determinado processo, eu posso ser recolocado em outro em que é necessário. Podemos tirar o colega que dá palpite em processos burocráticos e

recoloca-lo em processos de repercussão social e em que a sociedade necessita da nossa intervenção”, concluiu.



Para José Carlos Cosenzo, há uma crise institucional séria e que precisa ser enfrentada. “De 1988 para cá, tivemos uma deformação no perfil da carreira, causada por várias reformas.

Reforma da previdência, da Administração. Foi o governo que determinou quem vai ingressar nessa carreira. Ou trazemos pessoas com experiência, mas com mais de 45 anos e que vão se aposentar dentro do nosso orçamento, ou buscamos os jovens, para moldá-los. Tivemos de optar pela segunda opção, trazendo gente em condições de trabalhar 35 anos pela Instituição. Isso modificou bastante o perfil institucional”.

O promotor paulista apontou a elitização dos concursos públicos como um aspecto que tem duas valências. Pessoas com rodagem, sofrimento pessoal, enfrentam enorme dificuldade de ingressar no MP. “Para entrar, tem de ser extremamente qualificado. Hoje temos qualificação técnica, jurídica e intelectual muito maior do que os mais antigos. Mas falta a eles a experiência de vida para que possam atuar como agentes políticos”.

Cosenzo destacou também a importância da adoção de uma política de preservação das ações institucionais

junto ao Executivo, evitando que cada ação civil venha a deteriorar a relação com aquele poder. E manifestou apreensão com a falta de representatividade político-partidária do Ministério Público no futuro. “A Defensoria Pública está se articulando para atuar no Congresso. A Polícia também. Nós temos o deputado Vieira da Cunha, o Ibsen Pinheiro, que não vai à reeleição, e mais três colegas de outros Estados. É uma situação preocupante”, encerrou.



O corregedor nacional do MP abriu sua manifestação evocando para si a responsabilidade de motivar a Instituição. Sandro Neis elogiou a escolha do tema do encontro – democracia, unidade e independência – e justificou que todas as questões que envolvem o momento político-institucional passam por essas palavras. “Hoje temos o CNMP e o CNJ, instrumentos que crescem e se fortalecem. Que transformam o MP e o Judiciário, mas que podem representar perigo a ambos. Os Conselhos só existem porque o Ministério Público e o Judiciário foram omissos em algum momento. Se temos alguns abusos internos é porque não foram devidamente controlados pelas corregedorias. Há desmandos, sim, mas são casos isolados”, disse.

Sandro Neis convocou os colegas para uma reflexão acerca do valor da Instituição para o país. Segundo ele, o MP custa à Nação muito menos do que dá em retorno. Mas a instituição não tem sido competente em mostrar isso. “Talvez mereçamos receber vencimentos muito maiores. Mas ainda não temos informações disponíveis que nos permitam fazer o discurso de justificação”.

O corregedor também se mostrou apreensivo no que se refere às deficiências internas do MP. Lembrou que há muito tempo não se faz concurso para o MP. Ao final, advertiu sobre o afastamento da Instituição com o Legislativo. Lembrou que o Congresso Nacional e o STF têm o poder de definir o tamanho do Ministério Público brasileiro. “Se não tivermos aproximação com esses dois segmentos, haverá muita dificuldade. Precisamos acreditar que existem políticos sérios e atendê-los”, finalizou.

# Um encontro histórico revisitado em imagens



Nos três dias em que centenas de promotores e procuradores de Justiça de todo o Brasil se reuniram em Gramado, na serra gaúcha, uma série de temas importantes que marcaram a trajetória da Instituição e que deverão apontar os novos rumos do Ministério Público esteve em evidência. Palestras e painéis apresentados por alguns dos mais destacados representantes da classe enriqueceram o conhecimento de todos e ajudaram a rejuvenescer o sentimento de que é preciso reforçar a união da classe para trabalhar em defesa de seus interesses e da comunidade. No X Congresso Estadual do Ministério Público e Encontro Nacional dos Promotores do Júri, os problemas comuns do MP em todo o Brasil e as vias para assegurar o respeito às atribuições da classe foram amplamente debatidos. E permeando tudo isso, a descontração fez dos encontros informais oportunidades ímpares de confraternização. Veja aqui alguns desses momentos.





# Democracia interna é tema de proposições aprovadas no congresso



Na Plenária Final também foi aprovada a Carta de Gramado com as proposições dos promotores do júri



Os vice-presidentes da AMP/RS Mauro Souza e Maurício Trevisan coordenaram a Plenária Final

Como resultado das discussões realizadas nos grupos temáticos, foram aprovadas na Plenária Final do X Congresso Estadual do Ministério Público 24 proposições nas áreas institucional, cível, especializada e criminal. Questões referentes à democracia interna voltaram à pauta do evento este ano.

Os congressistas aprovaram moção no sentido de instar a procuradora-geral de Justiça, enquanto presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, e a Corregedoria-Geral do Ministério Público para garantir a tramitação célere do expediente que trata do anteprojeto de lei que prevê a possibilidade de participação de promotores de Justiça na eleição ao cargo de procurador-geral de Justiça, em atenção à previsão constitucional da razoável duração do processo. Também foi aprovada proposição para que todos os nove membros eleitos do Conselho Superior do Ministério Público sejam escolhidos pela integralidade da classe.

## CÍVEL

Na área cível os promotores e procuradores de Justiça presentes à Plenária Final aprovaram a criação de Procuradorias de Justiça Especializadas em razão da matéria para atuação conjun-

ta de apoio às Promotorias de Justiça e acompanhamento dos processos em segundo grau. E ainda a organização das atividades ministeriais em busca de uma eficaz interatividade da relação promotor – procurador de Justiça/procurador – promotor de Justiça em relação a atividades judiciais e extrajudiciais.

## CRIMINAL

Na área criminal foi aprovada proposição no sentido de que o membro do Ministério Público deverá ter nova postura no combate à criminalidade organizada, sobretudo de forma proativa na busca de elementos de prova necessários à demonstração da materialidade e autoria, assim como atuar na recuperação de ativos oriundos da criminalidade organizada. Também foi aprovado o encaminhamento de moção à procuradora-geral de Justiça para criação de grupos especializados regionais para investigação do crime organizado e para capacitação de seus membros.

## ESPECIALIZADA

Na área especializada os promotores e procuradores presentes no X Congresso Estadual do MP/RS aprovaram a criação de Promotorias Regionais de Educação nas entrâncias finais com

atribuições para atuar em matérias de direitos difusos e coletivos de cunho regional (transmunicipal), tais como: saúde escolar, transporte escolar, capacitação continuada de professores, Projeto Escola-Luz (GEMP), educação na FASE, educação de apenados, educação em comunidades indígenas, quilombolas e movimentos sociais, e constituição de linhas comuns de atuação na educação.

O novo Código Florestal também foi pauta no grupo especializado. Das discussões acerca do tema foi aprovada proposição para que a AMP, através de moção destinada à bancada federal gaúcha, manifeste sua contrariedade à possível aprovação do projeto de lei que institui o novo Código, seja pelo retrocesso social que representa, seja pelas consequências práticas derivadas das propostas nele contidas. Ainda na área ambiental os presentes manifestaram-se para que a AMP busque estimular a implementação da Lei nº 12.305/2010, que “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos”, através de redes de cooperação com representantes do Poder Público e da sociedade civil, haja vista os efeitos ambientais favoráveis derivados da lei, tanto quanto pelo seu potencial de constituir-se em instrumento de inclusão social.



# Homenagens aos agraciados na entrega da Comenda Dirceu Pinto



O conselheiro do CMNP Cláudio Barros com o procurador-geral da República Roberto Gurgel



José Carlos Cosenzo recebeu a homenagem de seu sucessor, César Mattar



O presidente Dornelles entregou a comenda para o ex-procurador-geral Roberto Bandeira Pereira



Cláudio Brito entregou a comenda ao promotor Francisco Cembranelli

Quatro personalidades do Ministério Público nacional foram distinguidas na noite de abertura do Congresso Estadual da Instituição, em Gramado, com a Comenda Dirceu Pinto. Os promotores de Justiça de São Paulo Francisco Cembranelli e José Carlos Cosenzo, o procurador de Justiça gaúcho Roberto Bandeira Pereira e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foram agraciados durante o evento, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Instituição ao longo de suas trajetórias.

Cembranelli recebeu a placa do promotor de Justiça aposentado e jornalista Cláudio Brito. Com mais de mil júrís no currículo, entre eles o que condenou o casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá pelo assassinato da menina Isabella, ele foi saudado como exemplo de postura e determinação dentro do Ministério Público.

Roberto Gurgel foi agraciado pelas mãos do procurador Cláudio Barros. Procurador-geral da República desde 2009, ele ingressou na Instituição em 1982. Foi membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal e vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Também foi procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região e subprocurador-geral da República.

O ex-presidente da Conamp José Carlos Cosenzo foi homenageado com a comenda pelo atual presidente

da entidade nacional, César Bechara Nader Mattar Júnior. Promotor de Justiça pelo Estado de São Paulo desde 1987, Cosenzo esteve à frente da entidade nacional nos biênios 2006/2008 e 2008/2010. Atualmente atua no V Tribunal do Júri de Pinheiros, na capital paulista.

## EX-PROCURADOR-GERAL FALOU EM NOME DOS AGRACIADOS

O procurador Roberto Bandeira Pereira recebeu a honraria do colega e amigo Marcelo Dornelles. Ele ingressou no Ministério Público em 1988 e três anos depois já estava na Capital. Foi procurador-geral de Justiça por dois períodos, nos biênios 2003/2005 e 2005/2007. Em 2004, Bandeira ainda foi eleito presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

Em nome de todos os agraciados, Pereira, agradeceu a homenagem. Observou que a Instituição, é resultado de uma caminhada histórica do trabalho e de afirmações de seus integrantes. “Os agraciados, em seus segmentos, tiveram atuação destacada na construção dos novos caminhos e na manutenção do maior patrimônio que temos: nossa identidade e credibilidade institucional, advinda da vocação social”, destacou o procurador.

# Melhores Arrazoados Forenses são premiados em Gramado

A Ação Civil Pública contra o Estado do Rio Grande do Sul para cumprimento de legislação que institui o Parque e Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí deu o prêmio de Melhor Arrazoado Forense deste ano na área Especializada aos promotores de Justiça Annelise Steigleder, do Meio Ambiente, e Luciano de Faria Brasil, de Urbanismo. Ajuizada em março de 2009, a ação resultou na concessão de liminar pela

Justiça para que o Estado adotasse medidas emergenciais para as duas unidades de conservação, dando a largada nas ações para determinar o controle e o manejo do local.

Outro agraciado foi o promotor André Dal Molin Flores, vencedor com Memoriais em Processo Criminal. Luciano Brasil participou da cerimônia de entrega da premiação, durante o Congresso Estadual do MP, em Gramado, e represen-

tou os colegas no evento. Ele recebeu o prêmio das mãos da esposa, promotora Adalgisa Wiedemann Chaves.

A premiação ocorreu na segunda noite do Congresso, e foi comandada pelo procurador de Justiça Júlio César Finger. A Comissão Julgadora foi composta pelos associados Alexandre Lipp João, César Luís Araújo Faccioli, José Nilton Costa de Souza, Júlio César Finger e Luís Alberto Bortolacci Geyer.



O promotor André Dal Molin Flores recebeu o prêmio de Melhor Arrazoado Forense em cerimônia realizada na sede da Promotoria de Gravataí



Marcelo Dornelles entregou o prêmio à promotora Annelise Steigleder na sede da AMP/RS, acompanhado por Mauro Souza e Alexandre Saltz



Fabiano Brasil participou da festa em Gramado, coordenada pelo procurador Júlio Cesar Finger

## Noite de autógrafos

Tradição nos congressos do Ministério Público, o lançamento de obras produzidas por promotores e procuradores da ativa ou já aposentados de todo o país foi destaque na segunda noite do evento. Sobre temas variados, os autores apresentaram ao público seus mais recentes trabalhos literários.

Entre eles estava o promotor Eduardo Viegas, de São Leopoldo, com o livro *Visão Jurídica da Água*, da Livraria do Advogado Editora. Márcio Schlee Gomes, de Rio Grande, apresentou a obra *Júri: Limites Constitucionais da*

*Pronúncia*, pela Editora SAFe. A obra tem prefácio de Edílson Mougnot Bonfim. O procurador de Justiça de São Paulo, aliás, participou do evento também como protagonista, apresentando aos colegas cinco títulos: *Código de Processo Penal Anotado*, 3ª edição, *Curso de Processo Penal*, 5ª edição, *No Tribunal do Júri*, 4ª edição, *O Novo Procedimento do Júri*, todos da Saraiva Editora, além de *O Julgamento de um Serial Killer. O Caso do Maníaco do Parque. Com a palavra, o Promotor*, 2ª edição, pela Editora Impetus. Do Rio de Janeiro, o promotor

Alexandre Couto Joppert contribuiu com a obra *Manual do Novo Júri*, pela Lúmen Júris Editora.

O procurador aposentado Cláudio Bonatto levou à Serra as obras *Código de Defesa do Consumidor – Cláusulas Abusivas nas Relações Contratuais de Consumo*, e *Questões Controvertidas do Código de Defesa do Consumidor*, ambas pela Livraria do Advogado. O promotor aposentado César Antônio da Silva participou com a 4ª edição do livro *Doutrina dos Recursos Criminais*, pela Juruá Editora.



# Sonhos de Dilma

Cláudio Brito\*

Dona Dilma, este é um recado despretensioso, mas cheio de esperança.

Sei que lhe encaminho o que me vai na mente e que o coração estimula a expor. É resultado do meu sentir, acrescentado de incontáveis manifestações de leitores, internautas, ouvintes e espectadores que recolho em minhas tarefas diárias como profissional do Direito e da Comunicação. Sou tuiteiro, mantenho perfis no Orkut e navego pelo Facebook. Ainda alinho entre tantas fontes tudo o que ouço e vejo nas ruas, nas faculdades e nos tribunais.

Acompanho razoavelmente a atividade de meus colegas do Ministério Público. A modernidade e a soma de condições técnicas, funcionais e materiais aumentaram as possibilidades de se chegar a bons resultados com a atuação de promotores e promotoras, é verdade, mas os pleitos ainda são os mesmos dos tempos em que cumpri meu dever como membro da instituição cuja destinação é a de servir a sociedade como guardião de seus interesses indisponíveis. Se o clamor do povo pudesse ser traduzido em uma única aspiração, se apenas uma conquista pudesse resumir o preenchimento de tudo o que nos falta, arrisco-me a dizer que Justiça Social é o que precisamos construir e consolidar.

Educação para todos, nenhuma criança sem escola. Saúde a pleno, universal como pretende o SUS, de verdade. Segurança sem sobressaltos, estabelecimentos penais adequados à ideia da reinserção dos condenados e polícias equipadas e bem pagas. Emprego, habitação e melhor dis-

tribuição de renda. Esse conjunto de objetivos faz um belo programa de governo. Acrescente-se ainda o que possa se enquadrar em um conceito de desenvolvimento e teremos diante de nós tudo aquilo que a fez chamar-se Wanda, um dia. O sonho que a levou à clandestinidade e à prisão. Os anseios que a levaram à tortura, como vítima. Desejos da senhora e de tantos de seus companheiros, desaparecidos ou mortos pela repressão. Condenados por sonhar.

Pois bem, Senhora Presidenta, Deus e o povo outorgaram-lhe o mandato sagrado que lhe ensinará realizar tudo o que sonhou. A Nação está pendente de seus sonhos e há milhões de brasileiros dispostos a fazê-los reais. O Ministério Público brasileiro está alinhado ao lado do povo, que assim é sua missão. Independente, uno e indivisível, por definição estatuída em seus princípios institucionais. Forte, por imposição da sociedade, que espera dos promotores e promotoras o destemor e a impetuosidade que a promoção da Justiça exige. São esses homens e mulheres que, dispostos à luta, convertem em Ministério Social a instituição, para que se alcance, com liberdade, a igualdade que nossa Constituição pretende proteger. Assim haverá de ser. O Ministério Público cumprirá o que lhe couber e saberá agir quando necessário. Sempre em favor da sociedade. Sempre em defesa da democracia. Como um dia Wanda sonhou, como agora Dilma poderá realizar. Boa sorte, Presidenta!

**\*Jornalista, Promotor de Justiça aposentado**

## Shows musicais animam a programação do congresso



O Congresso Estadual do MP foi uma passarela de artistas de destaque no cenário cultural gaúcho. Apresentações de músicos como o tradicionalista Daniel Torres, os irmãos Kleiton & Kledir e o pop da Banda Dublê fizeram a alegria dos participantes desde a noite de abertura até o jantar de encerramento do encontro. Na primeira noite da programação, Daniel Torres deu as boas-vindas ao público, interpretan-

do músicas regionais e os hinos Nacional e Rio-Grandense. Aplaudido em todas as intervenções, o músico vem se tomando presença obrigatória nos eventos do gênero organizados pela Associação.

Mas a descontração veio mesmo ao final da programação do congresso. Na terceira e última noite, finalizados os debates e as abordagens técnicas, centenas de pessoas compartilharam de um

jantar servido nas dependências do Serra Azul. O cardápio de qualidade ficou ainda mais saboroso ao som da dupla pelotense Kleiton & Kledir. No ritmo de Maria Fumaça e outros sucessos, eles alegraram os convidados com um espetáculo despojado e alegre durante cerca de uma hora. A noite acabou em baile com as performances divertidas e os acordes animados da Banda Dublê.

# Descontração marca a noite dos Pratas da Casa



**Colegas tomam conta do palco em atividade especial durante o X Congresso Estadual do MP/RS**

Foi intensa e diversificada a programação cultural e social do X Congresso Estadual do Ministério Público. A descontração e a confraternização também tiveram espaço, com direito a cardápio de qualidade e decoração elegante.

Idealizado pela vice-presidente social da AMP/RS, Júlia Ilenir Martins, e pelo diretor cultural, David Medina da Silva, um encontro informal regado a

espumante e petiscos divertiu os participantes durante a já tradicional apresentação dos músicos Pratas da Casa na Tertúlia da Associação. Na segunda noite do congresso, enquanto muitos conversavam animadamente na Sala da Lareira do Hotel Serra Azul, o palco acolhia as performances de Medina, ao violão, Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco, na voz, e Daltro Antunes de Abreu, no teclado. Com desenvoltura, eles

alegraram os colegas e ainda receberam a parceria dos mais desinibidos.

A festa varou a segunda noite do encontro e invadiu a madrugada, para diversão de membros do MP gaúcho e familiares. Representantes da Instituição vindos de outros Estados para participar do Encontro Nacional de Promotores do Júri também aproveitaram o clima de animação na companhia dos colegas.



## Torneio de tênis premia Dal Molin

Única representante do sexo feminino nos torneios de tênis da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, a promotora de Justiça Isabel Barrios Bidigaray vendeu muito caro o título da edição 2010 da competição. Na finalíssima, disputada em Gramado, durante o X Congresso Estadual do MP, ela acabou derrotada pelo colega André Luis Dal Molin Flores.

Mas não se engane. As diferenças de altura, peso, força e envergadura só fizeram diferença no terceiro set, de desempate, quando prevaleceu na quadra do Gramado Tênis Clube o jogo de Dal Molin. Na solenidade de entrega

dos troféus, Isabel já havia se conformado com o vice. Mas em quadra, exigiu bastante do colega até se render à superioridade de Dal Molin.

Para chegar à final, ele passou pelos promotores Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto e Walter Camejo Filho. No outro lado da chave, Isabel venceu Thales Trein e superou o outro semifinalista, Sérgio Harris.

Os trofeus de campeão e vice foram entregues, ainda na Serra, pelo diretor de esportes da AMP/RS, Marcelo Tubino. Mais do que o espírito de competição, entretanto, o que se viu durante as partidas e no encontro, no bar do

Hotel Serra Azul, dos esportistas que participaram do torneio foi o clima de confraternização. Esse, aliás, tem sido o ambiente que motiva a realização dos torneios desde 2008. Vencem todos, com desportividade e respeito mútuo.



Essas taquaras, colocadas na fogueira, dão estalos assemelhados aos de traque. Os pneus fazem com que o fogo mantenha-se até o dia seguinte. No local da fogueira, fica uma roda sem grama. A noite de São João é sempre tão fria, sai vapor da boca da gente. Vários de meus colegas do ensino fundamental estão presentes. O Jandico gostaria de vir, mas sua mãe não deixa que ele saia de casa em noite muito fria em virtude da asma e do peito de pomba. É uma pena. O Jandico é um bom colega, um dia me pagou um sanduíche e nunca fez cobrança disso. Ademais, gosta das coisas que eu gosto e pensa mais ou menos como eu. É o amigo ideal. Mas quem eu gostaria mesmo que estivesse aqui é a minha professora Samanta, para ver o meu desempenho com os fogos de artifício. Ela poderia vir com aquela blusa marrom, grossa, que lhe cai tão bem. E com

aquelas botas de camurça. Ou então, bem, viesse com a roupa que bem entendesse, mas viesse. Sua presença aqui seria muito importante para mim. É bem verdade que ouvi dizer que ela teria um namorado. Referida notícia foi um choque para mim. No dia em que ouvi isso, fiquei muito deprimido. Na sala de aula, tratei de ficar contido, pouco participativo, sequer olhando para ela. Acho que ela notou. E, talvez por isso mesmo, aconteceu algo muito importante: ela se aproximou mais de mim. Não resisti a esta aproximação. Está visto que ela gosta de mim. Então passei a novamente participar da aula como antes. Com o transcorrer das semanas, fui me res-tabelecendo. E não ouvi mais ninguém falar sobre eventual namorado da professora. Acho que aquela notícia não corresponde à verdade. Assim espero. **Que horas são?**

De madrugada, depois da reunião dançante, como é bom ir a pé para casa. Os passos ficam fortes, a gente sente-se mais. Aqui e ali alguém que também anda. Acolá, um carro, buzina triste. O resto são árvores, casas, postes, fios. Gosto de redes elétricas, esse emaranhado de fios. De madrugada, tudo é tão diferente, as coisas têm mais vida. Na reunião dançante, antes mesmo de iniciar a música, a Lurdinha me olhou, uma, duas vezes. Era o que eu mais queria naquela ocasião. Mas fiquei indeciso, garimpando coragem a fim de convidá-la para dançar. Nesse meio-tempo, o Jonas atravessou-se e a convidou. E, pelo visto, até parece que ela ficou satisfeita, pois dançaram juntos o resto da noite. Eu tenho este problema. Em momentos decisivos, é muito comum que eu fique indeciso. Às vezes, meio paralisado, sabe? Não foram poucos os

episódios em que a oportunidade bateu em minha porta e eu demorei muito para abri-la. É sempre assim. Quando eu abro a porta, já não há mais ninguém no umbral. Minha mãe tem me conformado quanto a isto. Ela diz para eu não me preocupar com esses detalhes. Insiste que tenho uma vida inteira pela frente, e o que é meu está guardado. Só não consigo imaginar onde se guarda o futuro. **Que dia é hoje?**

Os filhos no parquinho, a mulher cuidando. Esta praça mexe com a gente. Árvores altas, bancos antigos. As antiguidades dão uma sensação de perenidade. Os filhos, alegres. Até a mulher, parece. A calçada está cheia de folhas caídas, meio secas, meio verdes. O vento vem, vai, carrega umas, desvira outras. É isto a vida? Só isto? As crianças alegres, no parquinho,

e uma mulher momentaneamente satisfeita? Hum?! Será?! Por tranqüilo e agradável que seja o momento que se passa, a gente sempre acha que a vida, mas a vida pra valer mesmo, está em outro lugar, na participação em outros acontecimentos, às vezes com outras pessoas. Como é difícil se conferir a devida importância às coisas simples da vida. A nossa tendência é de viver mais do que a vida. Mas esta insatisfação permanente precisa ser muito bem administrada, pois ela tanto pode ser causa de construção como de destruição. Por isso, vamos com calma com aquela proposta que recebi. Muita calma. **Em que mês estamos?**

Não há melhor companhia do que o fogo. É a única que tenho mesmo, sozinho nesta casa. O fogo crepita, dança, aquece. Encho um cálice de vinho tino, mantido na temperatura ideal. Ouço música, Mozart, Bach. Não querem que eu beba, por causa da pressão. Mas, se tomo remédio, posso beber, ora bolas. Às vezes durmo nesta cadeira. Demorei muito para reconhecer que estava velho. E ainda não estou muito convencido disso. Mas acho bom ir me acostumando. Há poucos dias, levei um choque no supermercado. Entrei numa fila de um caixa onde havia um cartaz de atendimento preferencial para idosos. Imediatamente, um rapaz e uma moça que estavam na minha frente, com muita gentileza, cederam-me o lugar, o senhor tenha a bondade, pode passar. Eu resisti, também com educação. Disse que não carecia. Que ficassem à vontade. Mas eles insistiram, a funcionária da caixa me olhando. Outras pessoas também. Em virtude da pressão, apesar de constrangido, passei na frente. Que coisa. Como puderam perceber que eu era idoso? **Que ano é este?**



# “Nosso Galpão não tem tramela”

A frase do vice-presidente da AMP/RS, Antonio Carlos Hornung, dita na noite de abertura do Galpão Crioulo da AMP/RS no Acampamento Farroupilha, anunciava como seria o clima do local até o último dia do evento. Pelo segundo ano consecutivo, a Associação marcou presença no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho durante os festejos da Semana Farroupilha a fim de receber promotores e procuradores de Justiça que fazem deste período uma época especial de confraternização e cultivo às tradições gaúchas.

Na opinião do diretor cultural, David Medina da Silva, o espaço fortalece os laços da entidade com a cultura rio-grandense. “Tenho a certeza de que o Ministério Público não pode estar em outro lugar durante as comemorações de uma data tão importante para a história do nosso Estado”.

Integrantes da Administração Superior, ex-procuradores-gerais, ex-corregedores-gerais e os ex-presidentes da AMP/RS foram recebidos no Galpão Crioulo.

O tradicional almoço dos aposentados foi servido à moda gaúcha, assim como a reunião de Diretoria aconteceu em volta das mesas de madeira que ornamentavam o espaço.

Por diversas vezes, em suas manifestações durante os encontros, marcados pela informalidade e clima de harmonia, o presidente Marcelo Dornelles, disse que o principal objetivo do Galpão Crioulo foi mais



Como no ano anterior, lideranças do Ministério Público foram recebidas pela diretoria entidade na Galpão Crioulo

uma vez alcançado: reunir os colegas e promover o companheirismo entre membros da mesma Instituição. “Foi a consolidação de um projeto que se iniciou em 2009 e ganhou raízes, com a construção do espaço permanente na sede campestre que foi entregue no começo de novembro. Importante ressaltar que o projeto só se materializou graças ao empenho de colegas que cultuam e valorizam as tradições não apenas durante este período, mas ao longo de todo o ano, como o diretor cultural da AMP, David Medina da Silva, o vice-presidente dos aposentados, Antonio Carlos Hornung, o assessor de tradições gaúchas, José Nilton de Souza, o promotor de Justiça, João Pedro Xavier e o promotor de Justiça aposentado, Nilson Pacheco.” afirmou Dornelles.

## BOA MÚSICA

Durante as duas semanas em que o Galpão Crioulo esteve ocupando o lote 93 do Acampamento foram promovidos almoços, jantares, shows, curso de fandango e torneio de truco. Tudo ao me-

lhor estilo gaúcho e sempre acompanhado da boa música tradicionalista, interpretada por artistas do Ministério Público e convidados ilustres, como Talo Pereira, Daniel Torres e Leo de Almeida, Mario Barros, Cristiano Quevedo, Demétrio Xavier, José Fernando Gonzalez, este, além de grande cantor e compositor gaúcho, membro do MP/RS.

Mesmo recuperando-se de um resfriado que lhe roubou um pouco da voz, o promotor de Justiça aposentado Nilson Pacheco subiu várias vezes ao palco do Galpão para interpretar suas canções prediletas: “A trote”, vencedora da Tertúlia de Santa Maria com Leo Almeida, e O Rio e Eu, de Mário Barros, vencedora do Acampamento da Canção de Campo Bom, no Vale do Sinos.

Como em 2009, David Medina comandou o palco do Galpão, embalando as confraternizações dos colegas. E, apesar dos apelos do promotor João Pedro Xavier, não se conteve e provocou São Pedro por várias vezes quando o sol ainda brilhava no Acampamento cantando Batendo Água e Balceiro do Rio Uruguai. A chuva veio na segunda semana da festa farroupilha, mas, certamente, não tirou o brilho do evento.



# Espaço nobre para a cultura gaúcha na AMP

Foi inaugurado na noite de 5 de novembro, na sede campestre da AMP/RS, mais um espaço para confraternização: o Galpão Crioulo Dr. Lauro Pereira Guimarães, homenagem a uma das maiores lideranças do Ministério Público. Foi o ex-procurador-geral de justiça, quando esteve à frente da AMP/RS, que adquiriu a sede campestre, local que hoje se transformou em reduto dos colegas de MP para reuniões de política institucional, de lazer e esporte.

Segundo o vice-presidente de Aposentados da Associação, Antonio Carlos Hornung, um dos idealizadores do espaço, o Galpão Crioulo, é um espaço com inclinação temática fundada nas tradições do Rio Grande. “Temos aqui um ambiente com todo o conforto e capacidade para acomodar 160 pessoas, onde os membros da AMP/RS e seus familiares poderão se reunir para cultivar as tradições gaúchas”. O Galpão também vem atender uma necessidade que os diretores já haviam identificado ao receber visitantes de outros estados. “Os colegas que vêm de fora querem conhecer um pouco da nossa cultura, e este espaço será o local ideal para mostrar um pouco da tradição gaúcha na culinária, na música e na dança”.

Comovido, Lauro agradeceu e deixou um recado: “Temos de ter orgulho do que fazemos. Somos nós que damos prestígio à Instituição. O MP é feito de pessoas e de seus ideais”.



Lauro Pereira Guimarães recebeu os cumprimentos de colegas, amigos e familiares no evento

## O nosso Galpão Crioulo

Antonio Carlos Paiva Hornung\*

Por muitos anos assistimos a ocorrência de uma efeméride tradicionalista, fazendo rebrotar as origens do povo do Rio Grande, seus feitos, sua história, evocando desde as lidas campeiras à mais fina manifestação cultural, numa verdadeira festa voltada para estes valores regionais, durante 13 dias – de 7 a 20 de setembro –, o Acampamento Farroupilha.

Inicialmente formado por pequenos piquetes e CTGs originários de diversos pontos do Estado, principalmente da região metropolitana, passou a congregar, com o tempo, entidades de maior expressão na vida pública do Estado. Assim, lá estavam ‘acampados’ em galpões feitos com esmero bom gosto a AJURIS, a OAB, a empresa Trevo, sindicatos de servidores, policiais federais, estaduais, Brigada Militar e praticamente todos os órgãos de comunicação.

Faltava alguém!

Ao longo desse tempo, os promotores de Justiça que frequentavam o parque onde se instala o Acampamento Farroupilha, ali compareciam, ou participavam de algumas manifestações culturais nos galpões dos outros, ou a convite de amigos lá instalados ou voluntariamente, procurando ‘acampados’ que, pela atividade profissional, mantêm alguma afinidade com os promotores.

Temos entre nós um sem-número de colegas de respeitável formação intelectual nessa área, capazes de difundir nossa cultura através da música, da poesia, da história, da gastronomia, das atividades campeiras (e alguns, pelo menos um, só contadores de ‘causos’).

Começaram a crescer entre os interessados nessa atividade não críticas nem reclamações, mas manifestações de desapontamento por lá não estar a Associação do Ministério Público. Fomos à luta para conseguir um terreno e instalarmos um galpão próprio. Tarefa difícil, pois não havia vagas, principalmente para quem manifestava a pretensão pela primeira vez. Duas tentativas na gestão do então presidente Miguel Bandeira Pereira resultaram frustradas.

O objetivo foi conseguido já na gestão do colega Marcelo Dornelles.

Por dois anos, durante o período da Semana Farroupilha, instalamos um galpão bem elaborado, com decoração típica, com economato campeiro contratado especialmente para esse fim. Por ali desfilaram artistas gaúchos renomados, como Daniel Torres, João de Almeida Neto, Luciano Quevedo, Talo Pereira, Demétrio Xavier, Leo Almeida e os nossos Nilo Bairros de Brum e José Fernando Gonzalez. A todos esses se somaram de forma quase que permanente, e não menos brilhante, os nossos ‘pratas da casa’ – Nilson Pacheco, David Medina, José Quintana Freitas, José Nilton Costa de Souza, João Pedro Freitas Xavier, Chico De Bem, entre outros. História, poesia, música, fandango, jogo de truco, gastronomia e principalmente um excepcional convívio fraterno entre todos que lá compareciam, quer como participantes, quer como visitantes. Prestamos homenagem aos mais diversos segmentos que nos dizem respeito. A Administração Superior, Corregedoria, Órgãos Colegiados, Escola Superior, Assembleia Legislativa, Administração Municipal foram objeto do nosso reconhecimento no ambiente campeiro.

Associado ao sucesso da iniciativa nestes dois anos e pela carência de um ambiente típico, já que quando do encontro de colegas de outros Estados (reunião de órgãos colegiados nacionais, da CONAMP ou congressos) recebemos os amigos em estabelecimentos comerciais, o presidente lançou a ideia de criarmos um ambiente próprio na sede campestre, não só para essas ocasiões, como também para proporcionarmos mais um espaço aos nossos associados.

Desta forma, concluímos a construção de um ambiente mais sofisticado em termos de acabamento e conforto, embora venha a ser decorada com objetos típicos. Simplificando: não se trata de um galpão, mas de um Galpão, já entregue aos associados que cultuam a tradição e os hábitos deste Estado.

**\*Vice-presidente de Aposentados da AMP/RS**



## Porteira aberta para a tradição

A valorização da cultura gaúcha há muito tem espaço no seio da Associação do Ministério Público. Mas nos últimos dois anos, coroando esforço de outras administrações da AMP/RS, a entidade de classe conseguiu espaço no Acampamento Farroupilha para instalar um piquete destinado aos membros do MP e seus familiares. Foi uma conquista importante, que consolidou o conceito de que o respeito

e o amor às tradições do Rio Grande têm lugar cativo na Instituição.

Em 2010, a Associação reeditou o piquete no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, onde membros da Administração Superior, da Corregedoria, da Escola do MP e outros segmentos foram homenageados e colegas de todo o Estado puderam compartilhar das atividades campeiras.

E para complementar a realização de um antigo sonho, o Galpão Crioulo da AMP foi, finalmente, construído, junto à sede campestre. Este espaço nobre e amplo foi inaugurado no dia 5 de novembro, em cerimônia que homenageou o procurador de Justiça aposentado Lauro Pereira Guimarães. Veja aqui um pouco da festa gaúcha na ótica do Ministério Público.

